

Governo eleva superávit para 4,5% do PIB

Taciana Collet
De Brasília

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, anunciou ontem a decisão do governo de trabalhar este ano com um superávit primário (receita menos despesa, exceto gastos com juros da dívida pública) de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta anterior era de 4,25%. Depois de uma reunião de mais de três horas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio da Alvorada, o ministro explicou que o aperto fiscal maior será possível diante do crescimento da arrecadação. Aproximadamente R\$ 4,2 bilhões deixarão de ser gastos em investimentos e serão utilizados para abater a dívida pública.

"Entre a opção de gastar sem

planejamento um recurso além do que estava previsto no Orçamento, achamos que economizar um pouco mais faz bem ao ordenamento econômico do país", ressaltou Palocci ao sair do Palácio da Alvorada. "Se olharmos os últimos 15 anos, vamos ver que o Brasil se apertou mais nas horas de recessão e gastou mais nas horas de crescimento. Não é um bom procedimento. Esforço que vale a pena é aquele feito quando o país está bem."

O governo espera que, ao economizar o dinheiro extra, seja reduzida a pressão sobre um aumento maior da taxa básica de juros, hoje em 16,25% ao ano. Palocci negou, no entanto, que a medida fiscal tenha sido tomada em função da política monetária.

"Mas evidente que todo esforço fiscal ajuda o conjunto das políticas econômicas. Não esperamos tomar uma medida que reflita em outras." A decisão será comunicada ao Congresso, mas prescinde de aprovação parlamentar.

Em entrevista, o ministro da Fazenda fez questão de dizer que o Orçamento de 2004 será cumprido integralmente e haverá espaço, inclusive, para alguns investimentos "especiais" na área de infra-estrutura, como o programa de portos, com injeção de recursos da ordem de R\$ 63 milhões. "Não tem sentido você simplesmente jogar recursos de arrecadação em investimento sem planejamento. Certamente, o resultado não seria positivo."

O ministro observou que, nes-

se momento, o Brasil está se preparando para ter um sistema anticíclico de superávit. "Nesta fase, de crescimento maior, é hora de começarmos uma medida em relação a isso. Não estamos implantando um sistema anticíclico, mas estamos aproveitando um momento positivo."

No encontro com o presidente, não teria sido discutido o superávit para o próximo ano, segundo Palocci, porque a proposta orçamentária de 2005 acabou de ser enviada para o Congresso. "Não seria adequado o governo, antes de o Congresso debater a proposta, introduzir qualquer mudança." Em entrevista na terça-feira, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, havia dito que, para os próximos anos, a meta

permaneceria em 4,25%.

Ao lado de Palocci, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, confirmou que o excesso de arrecadação permitirá que, este ano, o governo cumpra um Orçamento maior do que o aprovado no Congresso (R\$ 412 bilhões). "Devemos fechar o ano em R\$ 418 bilhões." Mantega reforçou a decisão de um superávit maior argumentando que o governo precisa olhar para 2005. "Os R\$ 4 bilhões a mais não seriam gastos da melhor maneira. Melhor ter reforço para 2005 e fazer os investimentos de forma planejada, evitar precipitação."

O ministro do Planejamento ressaltou que o superávit maior dará mais sustentabilidade à dívida. "Isso nos dá mais cacife e

credibilidade para administrar a dívida do próximo ano. Significará risco-país menor, um cenário mais positivo. Isso vai resultar em crescimento maior em 2005" Palocci reiterou ainda que o governo mantém o compromisso de tomar medidas de redução da carga tributária para o próximo período.

Hoje, o governo envia ao Congresso um novo relatório bimestral de execução orçamentária. O documento, que ainda estava sendo fechado ontem à noite, mostrará uma avaliação do comportamento das receitas e das despesas no bimestre julho/agosto e no acumulado dos primeiros oito meses do ano, sob o ponto de vista de cumprimento das metas de resultado fiscal.